

1 - Q429761 (Prova: FCC - 2014 - MPE-PA - Promotor de Justiça / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere as afirmações abaixo, a respeito do direito intertemporal em matéria civil:

I. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda, textual e literalmente, o efeito retroativo da lei.

II. Os direitos sob condição suspensiva são considerados adquiridos.

III. As expectativas de direito equiparam-se a direitos adquiridos quando constantes de contrato escrito.

IV. A lei nova possui efeito imediato, salvo quando alterar prazos de prescrição.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) II.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

2 - Q414587 (Prova: FCC - 2014 - MPE-PE - Promotor de Justiça / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Publicada uma lei considerada de ordem pública, se, durante o período de sua *vacatio*, realizar-se negócio jurídico que por ela foi proibido, ele será

- a) inexistente, por contrariar a ordem pública.
- b) anulável, por configurar dolo bilateral.
- c) nulo, por fraudar lei imperativa.
- d) válido, porque a lei nova ainda não está em vigor.
- e) ineficaz, por caracterizar abuso do direito.

3 - Q393009 (Prova: FCC - 2014 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Quando, não havendo norma prevista para a solução do caso concreto, o juiz decide utilizando um conjunto de normas próximas do próprio ordenamento jurídico. Neste caso, está aplicando

- a) os costumes.
- b) a analogia.
- c) os princípios gerais de Direito.
- d) a equidade legal.
- e) a equidade judicial.

4 - Q392924 (Prova: FCC - 2014 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Uma lei foi elaborada, promulgada e publicada. Por não conter disposição em contrário, entrará em vigor 45 dias depois de oficialmente publicada, data que cairá no dia 18 de abril, feriado (sexta-feira da paixão de Cristo); dia 19 de abril é sábado; dia 20 de abril é domingo; dia 21 de abril é feriado (Tiradentes). Essa lei entrará em vigor no dia

- a) 19 de abril.
- b) 21 de abril.
- c) 20 de abril.
- d) 22 de abril.

e) 18 de abril.

5 - Q378871 (Prova: FCC - 2014 - TJ-AP - Juiz / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Direito Civil Baseado em antiga parêmia - *ubi eadem ratio, ibi eadem dispositio* - escreve Miguel Reale: "É de presumir-se que, havendo correspondência de motivos, igual deve ser o preceito aplicável" (Filosofia do Direito. V. 1, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1975. p. 128). Esse texto refere-se

- a) à eficácia da lei no tempo e no espaço.
- b) à aplicação das leis segundo sua hierarquia.
- c) aos princípios gerais do Direito.
- d) à analogia.
- e) à equidade

6 - Q378693 (Prova: FCC - 2014 - TRT - 18ª Região (GO) - Juiz do Trabalho / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

No tocante à eficácia da lei no tempo, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Pode haver retroatividade expressa, desde que não atinja direito adquirido.
- b) Mesmo que a lei retroaja, por expressa vontade legislativa, não pode atingir os efeitos dos atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada.
- c) A regra geral, no silêncio da lei, é sua irretroatividade.
- d) São de ordem constitucional os princípios do respeito ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- e) Como regra, a lei nova tem efeito imediato, não se aplicando aos fatos anteriores.

7 - Q378700 (Prova: FCC - 2014 - TRT - 18ª Região (GO) - Juiz do Trabalho / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB); Parte Geral;)

Em relação à hierarquia, integração e interpretação da lei, examine os enunciados seguintes:

I. A própria lei, prevendo a possibilidade de inexistir norma jurídica adequada ao caso concreto, indica os meios de suprir a omissão, prescrevendo caber ao julgador decidir de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

II. Nos meios de integração da norma em face de omissão da lei ao caso concreto, há rígida hierarquia, não podendo o Juiz valer-se indistintamente da analogia, usos e costumes ou princípios gerais de direito conforme seu critério discricionário, de oportunidade e conveniência.

III. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não admitem o emprego da analogia, nem a interpretação extensiva, pois dispõe a lei que são interpretados estritamente.

Está correto o que consta **APENAS** em

- a) III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e III.

8 - Q416767 (Prova: FCC - 2014 - TCE-PI - Auditor Fiscal de Controle Externo / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Telma comprou bilhete da loteria federal e foi contemplada com um prêmio de muitos milhões de reais. No entanto, antes de receber o prêmio, sobreveio lei proibindo todo e qualquer tipo de jogo, incluindo os da loteria federal, que eram permitidos à época em que Telma realizou a aposta. Neste caso, Telma

- a) poderá exigir o recebimento do prêmio, em razão da proteção conferida ao direito adquirido.
- b) não poderá exigir o recebimento do prêmio, por se tratar de obrigação natural.
- c) não poderá exigir o recebimento do prêmio, pois a lei nova tem efeito imediato, atingindo as relações em curso.
- d) poderá exigir o recebimento do prêmio apenas se a lei nova estiver no período de *vacatio legis*.
- e) não poderá exigir o recebimento do prêmio, pois o jogo constitui prática imoral.

Em termos de eficácia legislativa, entende-se que a lei é o parâmetro maior para o juiz. Este, porém, na omissão da lei, deverá decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Este enunciado concerne ao princípio.

- a) da eventualidade processual.
- b) da obrigatoriedade da lei.
- c) da obrigatoriedade da jurisdição.
- d) do devido processo legal.
- e) do livre convencimento e o da persuasão racional.

A Lei nº 11.441, de 04/01/2007, deu nova redação ao art. 983 do Código de Processo Civil, estabelecendo que o processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de sessenta (60) dias a contar da abertura da sucessão. O art. 1.796 do Código Civil em vigor, cuja redação não foi alterada por aquela lei, dispõe que no prazo de trinta dias, a contar da abertura da sucessão, instaurar-se-á inventário do patrimônio hereditário. Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- a) o art. 1.796 do Código Civil foi revogado expressamente com a nova redação do art. 983 do Código de Processo Civil.
- b) o art. 1.796 do Código Civil sofreu revogação tácita.
- c) o art. 983 do Código de Processo Civil e o art. 1.796 do Código Civil vigoram concomitantemente, embora dispondo de maneira diversa sobre a mesma matéria.
- d) o art. 1.796 do Código Civil não foi revogado, porque só se admitiria sua revogação expressa, por se tratar de regra inserida em um Código.
- e) a nova redação do art. 983 do Código de Processo Civil só entrará em vigor depois de também ser modificada a redação do art. 1.796 do Código Civil.

GABARITOS:

1 - A 2 - D 3 - B 4 - E 5 - D 6 - B 7 - E 8 - A 9 - C 10 - B



É praticando que você aprende! - www.questoesdeconcursos.com.br

« Previous 1 [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [Próximo](#)